

**Título do capítulo**

CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DO ESPAÇO NA  
ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL DAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

**Autor**

Marden Campos

**DOI**

<https://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-069-1/capitulo6>

**Título do livro**

DÍALOGOS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE  
DESENVOLVIMENTO URBANO: TEMAS TRANSVERSAIS À PNDU

**Autor**

Marco Aurélio Costa

**Volume**

3

**Série**

-

**Cidade**

Brasília

**Editora**

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

**Ano**

2024

**Edição**

-

**ISBN**

978-65-5635-069-1

**DOI**

<https://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-069-1>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2024

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/porta/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DO ESPAÇO NA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL DAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Marden Campos<sup>1</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

A ideia de equidade social tem sido elevada a uma posição proeminente entre os valores que norteiam a elaboração de políticas sociais em diversos países. No caso brasileiro, a implementação de agendas igualitárias encontra grandes desafios, em decorrência do processo histórico que culminou em uma das estruturas socioespaciais mais desiguais do planeta. No caso das cidades, esse processo gerou um contexto urbano altamente fragmentado, desigual e segregado, tanto internamente às cidades como entre elas.

Dentro desse contexto, coloca-se um desafio para a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), no intuito de produzir cidades inclusivas e solidárias que promovam a equidade social de forma sustentável ou duradoura. Para isso, a incorporação dos princípios de *direito à cidade* e da *função social da cidade* são imprescindíveis, para que se enfrente a persistente iniquidade socioespacial experimentada pelos cidadãos do país.

Este ensaio discute a forma como elementos espaciais interferem nos sistemas de estratificação, determinantes dos padrões de equidade social observados nas sociedades contemporâneas. Isso é feito a partir da exposição dos mecanismos através dos quais o espaço afeta a distribuição de recursos entre os habitantes das cidades. Os argumentos utilizados foram extraídos de abordagens analíticas elaboradas por autores pertencentes a diferentes correntes teóricas dedicadas ao estudo da relação entre território e iniquidade social.

Essas abordagens foram divididas em três eixos analíticos principais, conforme a seguir descrito.

- 1) O primeiro eixo demonstra elementos através dos quais a forma espacial atua como elemento de conservação da história de cada sociedade, cristalizando os processos sociais e suas características em termos de distribuição de recursos e ativos entre os habitantes dos ambientes urbanos.

---

1. Professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: mardencampos@gmail.com.

- 2) No segundo eixo, mostramos como a inserção dos indivíduos em um espaço social segregado e estigmatizado influencia suas trajetórias de vida em termos simbólicos e valorativos, assim como aqueles ligados à formação de capital social individual. Destacam-se estudos que salientam o impacto da vizinhança sobre o “desempenho” no ambiente escolar e mercado de trabalho, por exemplo, assim como na construção de universos simbólico-valorativos norteadores dos comportamentos individuais.
- 3) No terceiro eixo, evidenciamos a forma como o espaço afeta diretamente a conservação da distribuição e a concentração da riqueza entre as gerações. Por isso, o eixo foi denominado de “dimensão material” do espaço e engloba os processos que possibilitam que determinados indivíduos tenham – ou não – acesso a ativos territoriais ao longo do tempo. O acesso à terra urbana e à moradia satisfatória são os exemplos emblemáticos dessa dimensão, sendo importantes preditores da distribuição desigual entre níveis de segurança quanto a moradia (valores de uso) e patrimônio financeiro (valores de troca) entre os habitantes das cidades.

Antes de entrarmos na discussão dos eixos conceituais explicitados, faremos, na próxima seção, uma incursão por dados quantitativos que exemplificam o elevado grau de desigualdade socioespacial presente nas concentrações urbanas do Brasil.

## **2 A DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL NAS AGLOMERAÇÕES URBANAS DO BRASIL**

Qualquer que seja a perspectiva adotada para analisar a iniquidade social, o Brasil inevitavelmente aparecerá como um dos países mais desiguais do mundo. Fruto de um processo histórico perverso, nosso tecido urbano apresenta uma estrutura fragmentada e excludente, que acompanhou o rápido processo de urbanização da população observado durante o século XX.

Conforme relatam Fernandes, Salata e Carvalhaes (2017), o crescimento das cidades brasileiras ocorreu sem que o emprego industrial tomasse grande proporção na estrutura ocupacional. Isso fez com que a população recém-chegada às cidades, empurrada pelo êxodo rural, tivesse como alicerce a inserção no setor de serviços, em grande parte em atividades informais e com baixos rendimentos. Nesse processo, parte da população inseriu-se de forma periférica tanto na estrutura ocupacional quando no território das cidades, habitando as zonas periféricas ou as regiões com sérias deficiências de estrutura urbana.

Embora as condições de moradia nas cidades brasileiras tenham melhorado nas últimas décadas, pouca mobilidade social foi observada entre as classes mais desfavorecidas e os estratos superiores da pirâmide social (Ribeiro e Koslinski, 2009). Estudos têm observado uma manutenção da condição social dos indivíduos

comparativamente à de seus pais, indicando uma persistência da iniquidade social ao longo das gerações (Ramos e Reis, 1995).

Apresentamos a seguir evidências de como a estrutura socioespacial das cidades brasileiras se apresentava fragmentada ao final da primeira década do século XXI. Isso será feito com base em informações extraídas do estudo *Tipologia Intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil*, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

Neste estudo, foram analisadas as 63 maiores concentrações urbanas do país, além das capitais estaduais Palmas-TO e Boa Vista-RR, abrangendo um total de 435 municípios. Foi feita a comparação das diferenças intraurbanas das condições de vida dos habitantes dessas cidades, em termos de saneamento, composição domiciliar, bens de consumo, renda e escolaridade dos moradores.

Operacionalmente, foi criada uma tipologia dos espaços internos das concentrações urbanas a partir das seguintes variáveis, extraídas do Censo Demográfico do IBGE, referente a 2010:

- percentual de pessoas cujo domicílio possui rede geral de esgoto ou pluvial, ou fossa séptica;
- percentual de pessoas cujo domicílio possui água distribuída por rede geral de abastecimento;
- percentual de pessoas cujo domicílio possui coleta de lixo diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza;
- existência de computador com acesso à internet;
- existência de máquina de lavar;
- percentual de pessoas em domicílios com densidade de até dois moradores por dormitório;
- mediana do rendimento domiciliar *per capita*;
- razão de dependência de menores de 15 anos;
- percentual de pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto e 18 anos ou mais de idade;
- percentual de pessoas com nível de escolaridade;
- percentual de pessoas em domicílios com existência de máquina de lavar;
- percentual de pessoas em domicílios com existência de computador com acesso à internet; e
- percentual de pessoas em domicílios com alvenaria predominante nas paredes externas.

Cada uma das concentrações urbanas foi segmentada em onze tipos homogêneos, com vistas a retratar a diferenciação socioespacial nas condições de vida dos seus habitantes. Isso foi feito a partir do valor mediano encontrado para cada variável do Censo Demográfico 2010 selecionada para o estudo. Os resultados estão apresentados na tabela 1.

O IBGE considerou como áreas com boas condições de vida aquelas representadas pelos tipos A, B, C e D, sendo que as áreas A e B podem ser consideradas áreas ricas. As médias condições de vida estão representadas pelos tipos E e F; as baixas, por G e H; as baixíssimas, por I e J; e as condições precárias, pelos que vivem nas áreas de tipo K.

TABELA 1

### Tipos intraurbanos e mediana dos indicadores selecionados para concentrações urbanas do Brasil (2010)

Tipo	Mediana do percentual de pessoas em domicílios com							Mediana do Percentual de pessoas com nível médio ou superior <sup>1</sup> (%)	Mediana da razão de dependência de menores de 15 anos (crianças / 100 adultos)	Mediana do rendimento domiciliar per capita (R\$)
	Coleta de lixo diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza (%)	Água distribuída por rede geral de abastecimento (%)	Rede geral de esgoto ou alívio de fossa séptica (%)	Densidade de até dois moradores por domicílio (%)	Alvenaria predominante nas paredes externas (%)	Existência de computador com acesso à Internet (%)	Existência de máquina de lavar (%)			
A	100,00	99,80	99,70	95,90	98,70	89,60	95,40	85,80	17	3 250,00
B	100,00	99,60	99,50	94,50	98,40	86,00	93,30	83,90	18	2 500,00
C	100,00	99,80	99,10	92,70	97,00	81,60	92,40	77,80	19	1 750,00
D	99,90	99,50	98,10	84,40	94,20	65,50	85,30	62,10	24	870,00
E	99,80	99,30	94,00	72,30	87,40	44,90	73,70	43,20	31	510,00
F	98,90	96,80	73,50	69,60	87,40	35,30	44,00	51,30	31	440,00
	99,10	51,80	65,80	71,90	84,50	43,00	61,80	55,90	31	555,00
G	99,40	98,50	87,70	58,40	78,30	31,70	64,00	30,90	38	400,00
	98,10	96,90	70,40	68,30	87,10	24,10	30,70	37,70	35	325,00
H	95,60	89,90	52,50	64,10	78,40	21,00	36,70	30,50	40	340,00
	96,60	46,10	60,70	65,80	78,90	23,40	50,60	32,00	37	380,00
I	81,00	73,80	60,50	58,10	75,70	22,80	50,70	29,40	38	333,00
	98,20	85,00	44,50	47,30	42,20	17,80	36,70	38,80	49	320,00
J	80,50	66,00	52,80	55,00	70,10	14,20	22,60	49,00	42	267,00
	96,70	43,70	40,90	44,10	54,70	11,10	34,30	33,90	50	255,00
	75,50	62,00	32,70	66,40	77,70	10,50	16,10	21,90	43	255,00
K	70,10	59,10	31,90	49,10	50,10	5,20	12,60	33,00	47	217,00

Fonte: IBGE (2017).

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Como se pode observar, as variáveis selecionadas estão altamente correlacionadas entre si, indicando que grupos específicos de indivíduos possuem características semelhantes no conjunto das dimensões consideradas.

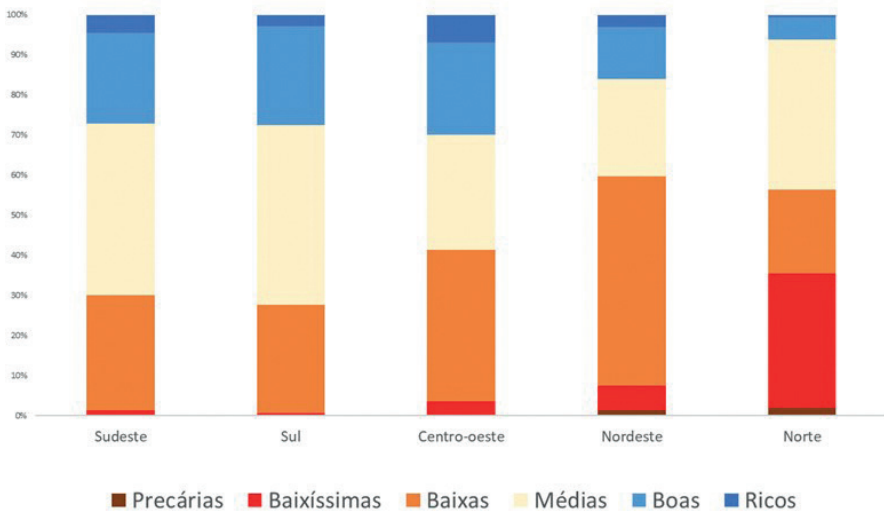
Os resultados da análise (dados não tabulados) mostram que 96,5 milhões de pessoas (praticamente metade da população brasileira) residiam nessas concentrações urbanas em 2010. Nas áreas com boas condições de vida, habitavam 23,9% da população das concentrações urbanas, sendo que, nas áreas ricas, residiam 3,8 milhões de pessoas, ou 4% da população das concentrações. Nas áreas médias, habitavam 37,9% da população. Nas de baixas condições, 33,4%. Nas de baixíssimas condições, residiam 4,3% do total, restando apenas 0,4% da população nas áreas com condições precárias.

Somando aqueles que viviam em áreas com condições baixíssimas ou precárias, teríamos 4,7% da população ou 4,5 milhões de pessoas. A grande maioria (91,2%) estaria em condições intermediárias entre as áreas positivamente ou negativamente extremas, sendo que as maiores concentrações estariam nas áreas intermediárias E e G, com 30,9% e 20,6% da população, respectivamente.

Há diferenças marcantes quando consideramos a região geográfica de localização das concentrações urbanas (gráfico 1).

**GRÁFICO 1**

**População por condição da área de residência, segundo região geográfica: concentrações urbanas do Brasil (2010)**  
(Em %)



Fonte: IBGE (2017).

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

As condições precárias aparecem exclusivamente nas regiões Norte e Nordeste, sendo que 70,5% dessa população vive no Nordeste. Já a população que vive em condições baixíssimas é predominante no Norte (45% da população com essas condições), seguido do Nordeste (28,9% dessa população). No Sudeste, residem 18% da população com condições baixíssimas de vida, restando 6,4% no Centro-Oeste e apenas 1,6% na região Sul.

No lado mais favorecido da hierarquia socioespacial, vemos que, na região Sudeste – onde vivem 54% da população total das concentrações urbanas –, residem 61,5% dos ricos e 61% dos que vivem em condições boas. No Centro-Oeste, que abriga 7,6% da população, vivem 13,4% dos ricos, principalmente pela influência

de Brasília, que abriga o maior percentual de população rica entre todas as áreas do estudo. A região Nordeste abriga 15,4% dos ricos e 13,2% dos que vivem em boas condições, embora nela residam 20,2% da população das concentrações urbanas do país.

A análise por região mostra que as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste abrigam as maiores participações de população em boas condições. O Sul e o Sudeste apresentam percentuais praticamente nulos de população nas piores condições (baixíssimas e precárias) e os menores percentuais de população em baixas condições. O Centro-Oeste é relativamente mais “equilibrado” em termos de distribuição numérica entre os tipos criados, enquanto o Nordeste e o Norte apresentam as piores condições de vida nas concentrações urbanas. No Nordeste, há os maiores percentuais de população com condição baixa de vida, enquanto o Norte se destaca por elevado percentual de população em condições baixíssimas.

Em termos mais específicos, vemos que oito concentrações urbanas têm mais de um terço da população vivendo em áreas mais favorecidas (tabela 1). Cinco dessas áreas localizam-se no Sudeste, duas, no Sul e apenas uma (Palmas), no Norte. Trinta e uma concentrações não possuem populações em áreas pobres, sendo que apenas três delas estavam fora das regiões Sul ou Sudeste (Natal, Feira de Santana e Palmas).

Havia quinze concentrações com mais de 80% da população nos tipos médios, estando seis no Nordeste, cinco no Sudeste e quatro no Sul.

Entre as mais desfavorecidas, quatro concentrações urbanas não tinham nenhuma população vivendo em áreas ricas, estando três delas no Norte (Porto Velho, Rio Branco e Macapá) e uma no Nordeste (Juazeiro do Norte). Nove concentrações tinham mais de 20% da população em áreas pobres, sendo seis delas no Norte, duas no Nordeste e apenas uma no Sudeste (Campos dos Goytacazes).

Por fim, entre as regiões mais desiguais, com altos percentuais de população tanto em áreas ricas como pobres, havia quatro no Nordeste, duas no Norte e uma no Sudeste.

Feita essa introdução, passamos à discussão dos mecanismos através dos quais o espaço atua na perpetuação ou superação da estratificação social nas sociedades contemporâneas, destacando os aspectos territoriais dos regimes de estratificação social na perspectiva de alguns estudiosos do tema.

### 3 OS SISTEMAS DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEOS

Antes de passar à discussão dos eixos analíticos propriamente ditos, é preciso destacar os pontos principais que estruturam os sistemas de estratificação presentes nas sociedades modernas.

Os estudos sobre os sistemas de estratificação social buscam desvendar a forma como a desigualdade se estrutura no interior de cada sociedade, tendo como foco a análise do volume total (nível) de desigualdade entre os indivíduos, assim como os mecanismos pelos quais ela opera. Nesses estudos, a desigualdade é vista como um fenômeno multidimensional, na medida em que vários fatores atuam concomitantemente na estratificação social da população. Há, contudo, dificuldade de se encontrarem formas razoáveis de se estimar a desigualdade total existente em uma população que englobem todas as duas dimensões, o que acaba levando os estudiosos a se concentrarem em apenas algumas delas.

Neste estudo, trataremos do espectro territorial dos sistemas de desigualdade vigentes nas sociedades modernas, segundo a visão de destacados autores que estudam o tema. Isso não implica nossa adesão a uma perspectiva que coloque o território como elemento preponderante sobre as demais dimensões, mas sim um “desconforto” gerado pela persistente negligência do papel do elemento espacial na conservação da estrutura social das sociedades atuais.

Antes de aprofundarmos no tema, é preciso destacar a forma como diferentes estudiosos tratam analiticamente as dimensões da estratificação social das populações. Isso será feito a partir de elementos presentes no estudo de David Grusky e Manwai Ku, apresentado na obra *Social stratification: class, race and gender in sociological perspective* (Grusky e Ku, 1994), texto referencial nesse campo temático.

Segundo os autores, cada dimensão representa um ou mais atributos (*ativos*) que segmentam os indivíduos pertencentes a determinado grupo social. Dependendo do sistema de estratificação, esses ativos estarão dispersos ou concentrados entre os indivíduos de uma população. Enquanto certos atributos estão distribuídos de forma relativamente equânime, outros se apresentam de forma extremamente concentrada. Isso faz com que alguns deles tenham maior *poder de segmentação* do que outros. O controle por parte de grupos sociais específicos daqueles ativos com capacidade de manter os indivíduos em níveis elevados da hierarquia social forma as elites de cada regime social.

Os sistemas de estratificação estão estruturados segundo três mecanismos estruturantes: rigidez, atribuição e cristalização (Grusky e Ku, 2014).

A luta por manter a posse e controlar esses ativos confere rigidez temporal ao sistema de estratificação, sendo que o espaço tem papel preponderante nesse processo. Nos casos em que há elevada rigidez da estrutura social, a posição atual dos indivíduos pode ser predita com base no estado anterior de suas características ou nas características de seus pais. Por outro lado, mecanismos que favorecem a mobilidade social quebram o processo de rigidez, permitindo aos indivíduos moverem-se na escala social.



Outro importante mecanismo que atua nos sistemas de estratificação é o chamado processo de atribuição. Ele opera na medida em que condições presentes no nascimento dos indivíduos – como sexo, raça ou cor, por exemplo – são determinantes da sua inserção na hierarquia social ao longo da vida, em detrimento de ativos que são adquiridos à medida que envelhecem. Aspectos decorrentes da atribuição têm sido vistos como discriminatórios e indesejáveis em diversas sociedades.

Por fim, o processo de cristalização indica a correlação entre os diversos tipos de ativos que estratificam a sociedade – ou seja, entre as diferentes dimensões do sistema de desigualdade. A estratificação encontra-se cristalizada quando um número considerável de ativos valorizados em cada sociedade se concentra em um pequeno grupo de indivíduos.

Os atributos relacionados aos locais que os indivíduos vivem e por onde circulam podem ter papel preponderante, tanto na perpetuação da desigualdade ao longo do tempo (rigidez) como enquanto atributo diferenciador na origem, e mesmo como indicador da cristalização dos atributos que estratificam os indivíduos. São mecanismos complexos e que precisam ser discutidos com maior atenção. Na próxima seção, será feita uma apresentação da forma como o espaço tem sido incorporado na análise dos sistemas de estratificação social.

É consenso entre os estudiosos de que há forte conexão entre o modo como os indivíduos são estratificados em termos de hierarquia de grupos sociais e a forma como seus espaços de vida estão localizados no território. Nesse sentido, os espaços físico e social refletem-se e afetam-se mutuamente, levando autores como Bourdieu a afirmar que “o lugar e o local ocupados por um agente no espaço físico apropriado constituem excelentes indicadores de sua posição no espaço social” (Bourdieu, 2013, p. 134). São pouco conhecidos, entretanto, os mecanismos através dos quais esse fenômeno ocorre.

Segundo Harvey (1973), a dificuldade de entender a articulação entre as esferas sociais e espaciais decorre, em grande parte, dos cortes epistemológicos existentes entre os campos disciplinares que estudam cada uma delas. Um exemplo claro são as diferenças no conceito de “posição” entre os que estudam separadamente a localização dos indivíduos no espaço físico ou social. Enquanto, na dimensão física, “posição” é uma categoria excludente (dois indivíduos nunca ocupam uma a mesma posição simultaneamente), no espaço social isso é perfeitamente possível: ao menos teoricamente, um número ilimitado de indivíduos pode ocupar a mesma posição social. Segundo Harvey, isso parte da diferença entre a “imaginação sociológica” (atribuída aos que buscam entender a inserção do indivíduo nos processos históricos) e a “imaginação geográfica”, utilizada pelos que visam reconhecer o papel do espaço ou território nas biografias individuais (Harvey, 1973). Como, segundo o autor, essa diferença é algo artificial, a tentativa de articular os dois arcaibouços decorreria mais de um problema epistemológico do que de uma questão ontológica, referente à realidade-em-si.

Segundo Harvey, “o único arcabouço conceitual adequado para compreender a cidade é aquele que engloba e se apoia sobre as imaginações geográfica e socio-lógica” (Harvey, 1973, p. 27). Isso evitaria cair, por exemplo, na simplificação do determinismo espacial, que indicaria a forma espacial como determinante único ou principal de processo social por ela abrigado.

A utilização de uma perspectiva relacional nas abordagens científicas que lidam com o tratamento da relação entre espaço físico e social seria um primeiro passo para romper a barreira disciplinar no tratamento da questão. Embora o conceito de posição possa ter diferenças entre as disciplinas, por exemplo, a “posição relativa” de um indivíduo frente aos demais (distância e proximidade) é perfeitamente aplicável e possui significado semelhante tanto na dimensão social quanto na geográfica ou espacial. A vantagem de se utilizar uma abordagem relacional decorre não apenas de seu potencial analítico, mas, acima de tudo, de uma aproximação com o fenômeno estudado em si mesmo, onde os aspectos sociais e territoriais (a história e a geografia) se apresentam como esferas da mesma realidade, ou “faces da mesma moeda”.

Nesse sentido, é preciso entender como o comportamento social acompanha a forma espacial que as cidades assumem, ao mesmo tempo que é preciso reconhecer que, uma vez que uma forma espacial é criada, ela tende a institucionalizar-se e, em alguma medida, determinar o desenvolvimento futuro do processo social.

#### 4 O PAPEL DO ESPAÇO NA CONSERVAÇÃO DO SISTEMA SOCIAL

A partir deste ponto, nos dedicaremos à explicitação dos eixos analíticos selecionados para destacar o papel da forma espacial na estratificação dos sistemas sociais.

Uma qualidade espacial com influência destacada na dinâmica dos processos sociais é o fato de existir uma inércia ou perpetuação da forma espacial durante o tempo. Essa característica é representada pela inflexibilidade locacional de moradias e empreendimentos, assim como das estruturas viárias, o que leva a haver uma elevada resistência da forma espacial a mudanças conjunturais ou pressões para transformação de um sistema social. Uma vez alocados no espaço, os indivíduos e atividades são particularmente difíceis de serem realocados. Ainda que, no longo prazo, o espaço tenda a se adaptar às transformações sociais, a fixidez das estruturas físicas levará sempre a um “atraso na resposta” (*time lag*) que pode perdurar por anos ou décadas.

Segundo Harvey (1973), esse fato levaria a um desequilíbrio entre a forma espacial e a estrutura social. No caso das cidades, a inércia espacial ainda geraria novas desigualdades, dado que diferentes partes da cidade teriam diferentes velocidades e capacidades de adaptação a mudanças. Ao mesmo tempo, os indivíduos também possuiriam capacidades diferentes para se mover ou permanecer nos locais de residência ou trabalho e se adaptar à novas dinâmicas espaciais, gerando uma dupla fricção da dinâmica entre espaço e sociedade.

Isso faz com que as formas espaciais contribuam para a sedimentação dos momentos da história social e de sua extensão ao longo do tempo. A forma espacial estabiliza a materialidade da existência. Isso está explícito tanto no nível individual, na busca das famílias pela segurança da habitação, quanto em iniciativas coletivas ou estatais de conservação da infraestrutura de transporte e dos equipamentos urbanos. Tudo isso faz com que o espaço acabe sendo um dos principais elementos perpetuadores (conservadores) no processo de reprodução social. Isso leva Bourdieu (2013) a afirmar que o espaço cristaliza a história social, levando a um efeito de naturalização, acarretado pela inscrição durável das realidades sociais no mundo físico. Conforme explicita, o espaço social se encontra inscrito na objetividade das estruturas espaciais, sendo que o espaço habitado funciona como uma espécie de “metáfora do espaço social” (Bourdieu, 2013).

É o que nos ensina Milton Santos, quando afirma que o espaço é a acumulação desigual dos tempos. Conforme relata:

O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, *estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais* (...). Por isso, o momento passado está morto como tempo, não porém como espaço; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e *participa da vida atual como forma indispensável à realização social* (Santos, 2007, p. 14, grifo nosso).

A fixidez espacial de que estamos tratando atua não apenas estabilizando as totalidades sociais ao longo do tempo, como também contribuindo para o congelamento de suas divisões internas. Isso ocorre tanto pela transmissão – ou não – de recursos entre as gerações quanto pela dinâmica de atração e repulsão observadas nas lutas pelos privilégios da localização.

Essas lutas caracterizam o espaço das cidades como um campo de disputa e lutas por acesso e exclusão. Conforme destacado por Bourdieu (2013), isso ocorre tanto pelos privilégios de acesso de localização como pela atribuição de *status* e poder de diferenciação entre os indivíduos. Nesse processo, a localização acaba sendo importante fonte de acúmulo de capital social via estabelecimento de redes de contato e filiação. É o papel dos efeitos de vizinhança, observados em dinâmicas que acontecem em espaços seletos, no que Bourdieu chama de “efeitos de clube”. No outro polo da escala socioespacial, onde a ocupação se dá por desposseção, a localização atua com estigmatização, através de “efeito de gueto”. Segundo o autor:

Além do efeito de estigmatização, o ajuntamento, em um mesmo lugar, de uma população homogênea na desposseção tem também por efeito redobrar a desposseção, notadamente em termos de cultura e de prática cultural, assim como, inversamente, ele reforça a prática cultural dos mais abastados (Bourdieu, 2013, p. 140).

Esse aspecto caracteriza o tema da próxima seção, dedicada à influência da vizinhança nas trajetórias de vida dos habitantes de cada porção espacial.

### 5 SEGREGAÇÃO ESPACIAL E A DINÂMICA DO CAPITAL SOCIAL

O segundo eixo de análise trata da relação entre segregação espacial e dos elementos que dão dinamismo ao processo de formação do capital social ao longo da vida, entendido como as redes de contato e relações sociais que os indivíduos constroem no decorrer da vida.

Conforme Sabatini e Sierralta (2006), a segregação residencial consiste em uma relação espacial de separação ou proximidade territorial entre pessoas ou famílias que pertencem ao mesmo grupo social. Tecnicamente falando, consiste na formação de áreas menores homogêneas e espacialmente concentradas inseridas num todo territorial maior, de configuração heterogênea.

Embora, segundo os autores, não haja necessariamente uma relação direta entre desigualdade social e segregação espacial, as racionalidades produzidas pelo mercado imobiliário acabam levando a uma elevada correlação entre essas dimensões. Isso ocorre porque o mercado cria áreas de prestígio – e, concomitantemente, de desprestígio –, ao induzir a valorização de setores da cidade no processo de construção e comercialização de imóveis. Essa dinâmica, ancorada em processos especulativos de fixação do preço da terra – e dos imóveis –, leva indivíduos de poder aquisitivo semelhante a viverem próximos, ao mesmo tempo que os afastam de outros grupos. Nesse aspecto, a dimensão econômica (renda e patrimônio) atua como aglutinador no espaço de indivíduos com características semelhantes.

Com o passar do tempo, o mercado imobiliário amplia a segmentação das cidades via sistema de preços. Outras características individuais, altamente cristalizadas em torno da renda, tendem então a aglomerarem-se no território, criando áreas com níveis semelhantes em termos de escolaridade, hábitos de consumo e lazer, cor, raça e pertencimento étnico, entre outros aspectos. Isso leva a formações socioespaciais do tipo da que encontramos no Brasil atual, conforme apresentado na tabela 1 deste capítulo.

O estudo da segregação espacial nas cidades brasileiras tem como marco o trabalho de Teresa Caldeira (1997). A autora apresenta as formas pelas quais a segregação social se inscreve historicamente no espaço das cidades, destacando o caso da cidade de São Paulo. Segundo a autora, a segregação na cidade sempre existiu, embora no passado os diferentes grupos sociais vivessem próximos uns dos outros. Contudo, entre as décadas de 1940 e 1980, a divisão entre centro e periferia organizou o espaço da cidade, momento em que grandes distâncias separaram espacialmente os grupos sociais. Recentemente, uma combinação de processos transformou o padrão de distribuição de grupos sociais e atividades econômicas no

espaço da cidade, reduzindo novamente as distâncias físicas entre ricos e pobres, ao mesmo tempo que novos mecanismos foram criados para separá-los, muitos deles ancorados no medo da violência e criminalidade. É o caso da expansão de condomínios murados, seguranças particulares, sistemas de vigilância e fechamentos de ruas com cancelas e guaritas.

A segregação espacial traz consequências maléficas para os moradores da cidade como um todo, especialmente para aqueles que vivem nas áreas de menor hierarquia espacial (menos valorizadas). Além disso, o efeito da concentração espacial da pobreza na trajetória de vida das pessoas é distinto do efeito da experiência individual da pobreza. Nesse sentido, a segregação espacial insere uma nova camada (dimensão) no processo de estratificação social.

Um aspecto bastante destacado pelos estudiosos do tema é o processo da difusão de comportamentos entre indivíduos que vivem em cada porção do território, que funciona, segundo eles, através do chamado “efeito de pares”, levando a uma segregação de ordem comportamental, que marca os indivíduos ao longo de toda a vida. Com isso, espaços de vida de uma mesma cidade tornam-se radicalmente distintos entre si, assim como as experiências de seus moradores, dado que expõem os indivíduos a universos valorativos e comportamentais segmentados. Isso é especialmente forte no caso das crianças e jovens. Além disso, os caminhos informais de informação fecham-se em redes espacialmente delimitadas, caminhos esses eficazes para inserção no mercado de trabalho e mesmo no “mercado matrimonial”, por exemplo. Essas esferas estruturam significativamente o modo de vida dos indivíduos e possuem importante papel em suas trajetórias de vida.

Ademais, esses espaços se tornam estigmatizados, e seus moradores acabam carregando esses estigmas, marcando a forma como são vistos por outros moradores da cidade. Um exemplo notório é a postura das operações policiais nas diferentes regiões (zonas) das cidades brasileiras e o tratamento diferenciado dado a moradores dessas áreas.

Segundo Harvey:

o espaço construído é parte de um intrincado processo de sinalização que direciona e confere significado para a experiência urbana e o cotidiano cidadão. Os sinais e os símbolos que nos envolvem nos ambientes urbanos exercem poderosa influência, particularmente entre os jovens. Eles moldam as sensibilidades, criam necessidades e desejos e situam nossas aspirações em relação a um ambiente geográfico que é, em grande parte, fabricado (Harvey, 1973, p. 310, tradução nossa).

Estudos empíricos atestam a importância de fatores espaciais para a compreensão das desigualdades nos resultados escolares, destacando a influência do território na qualidade do ensino ofertado pelas escolas (Ribeiro e Kaztman, 2008; Ribeiro e Koslinski, 2009; Kolinski e Alves, 2012).

Impulsionados pelas pesquisas de Wilson (1987), na obra seminal intitulada *The Truly Disadvantaged: the inner city, the underclass, and public policy*, alguns estudos passaram a relacionar realizações socioeconômicas ou processos culturais à composição social dos espaços urbanos. Esses estudos buscam compreender de que maneira a localização da moradia influencia a formação de redes de interação entre os indivíduos e qual a influência dessas redes no desempenho escolar. É nesse contexto que expressões como “efeito de lugar” (Bourdieu, 1997), “segregação” (Maurin, 2004) e “vizinhança” (Maloutas, 2011) passam a ser utilizadas para designar a influência das características sociais da vizinhança sobre as condições de vida e a mobilidade social dos indivíduos (Érnica e Batista, 2012).

No caso dos Estados Unidos, por exemplo, Wilson (1994) estuda os efeitos da vizinhança entre desempregados norte-americanos. Segundo o autor, os espaços que concentram elevados níveis de desemprego entre os moradores são espaços “indisciplinados”. Para Wilson, o emprego ordena o cotidiano e confere *status* de valor à disciplina, ao expor os habitantes dos locais a comportamentos ordenados e disciplinados de outros moradores. Jovens que crescem em uma vizinhança onde o padrão de comportamento do trabalhador formal é a tônica observada tendem a desenvolver, segundo o autor, hábitos disciplinares estáveis, reflexo do comportamento que observam no entorno em que vivem.

No mesmo sentido, outro estudo importante sobre o efeito da segregação das cidades norte-americanas no comportamento dos moradores foi realizado por Massey e Denton (1994), indicando que o processo de segregação tende a concentrar aspectos negativos em espaços delimitados da cidade. Nesses espaços, há uma normalização – em duplo sentido – dos comportamentos desfavoráveis, como o mau desempenho escolar, o desleixo com a pronúncia, a deterioração física e a violência. Isso ocorre devido à exposição prolongada a esses fatores, conferindo a eles um caráter de normalidade. Isso reduz a possibilidade de sucesso dos moradores desses locais em outros espaços das cidades, cujo padrão de comportamento é diferenciado. Limita-se, assim, o acesso de uma parcela considerável da população a recursos que tendem a se concentrar nas regiões mais ricas das cidades.

No caso do desempenho escolar, Pebley e Sastry (2003) estudam o efeito da vizinhança na vida de crianças, ressaltando o impacto do que elas fazem “depois” da escola em seu processo de desenvolvimento. Segundo os autores, nas classes mais altas, as crianças tendem a reforçar seus processos de aprendizado em atividades complementares, vigiadas por adultos, como cursos de línguas, atividades artísticas ou esportes. Ao mesmo tempo, crianças mais pobres tendem a ficar nas ruas, sem supervisão de adultos, em ambientes desfavoráveis para sua formação.

## 6 O ESPAÇO E A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA RIQUEZA

Passemos agora a tratar do aspecto econômico que explicita o papel do espaço na perpetuação dos sistemas de estratificação social ao longo do tempo, que representa o terceiro eixo de nossa análise.

Inicialmente, é preciso destacar que a posse da terra e do ambiente construído constitui uma importante reserva de ativos que os indivíduos acumulam ao longo de sua vida. Os investimentos em estruturas físicas possuem elevado grau de duração temporal, tendo papel central tanto na conservação como na transmissão de ativos – assim como no bloqueio do acesso – entre as gerações. Essa é uma forma importante de perpetuação da forma espacial e, conseqüente, de conservação da estrutura social.

Uma das “funções” do espaço é atuar como reserva de valor econômico. Isso ocorre devido ao fato de a terra ser considerada um ativo durável e temporalmente estável. Segundo Harvey (1973), o espaço é, historicamente, o maior repositório singular de ativos da era moderna. A terra tende a trocar pouco de mãos ao longo do tempo, relativamente a outros tipos de ativos ou mercadorias. Conforme pontua o autor:

Em algumas áreas de negócios – particularmente quando há pesados investimentos em capital fixo –, como em muitas das infraestruturas urbanas (estradas, escolas, hospitais etc.), em setores consolidados do mercado de moradia privada, a terra e seus melhoramentos raramente são comodificados, ainda que estejam sobre constante uso (Harvey, 1973, p. 158, tradução nossa).

Importante destacar, seguindo a leitura de Harvey, que, no modo de produção capitalista, a posse da terra precisa, necessariamente, se confirmar como propriedade privada. Ou seja, o processo ocorre em um sistema de monopólio dos ativos realizado através da exclusão do acesso à terra, que é institucionalizado pelos sistemas (estatais) de garantia da propriedade.

O estudo da transmissão da desigualdade no longo prazo sofre grande influência do trabalho de Piketty (2014). Segundo o autor, a herança, como representação do patrimônio originados no passado, tende a predominar como fonte de riqueza em relação à poupança, referente ao patrimônio acumulado no presente. Tal fato tende a gerar uma importância desproporcional e duradoura das desigualdades criadas no passado.

Com isso, a trajetória de vida das gerações mais jovens depende, em larga medida, do recebimento ou não de patrimônios herdados. Segundo o autor, esse fato vem se intensificando nas décadas recentes. Entre aqueles nascidos após a década de 1970, por exemplo:

a presença ou não de doações significativas determina em grande parte quem vai se tornar proprietário, com qual idade, com que cônjuge, onde e em que proporção, ou no mínimo de modo mais determinante do que acontecia com a geração de seus pais. Suas vidas, suas carreiras, suas escolhas familiares e pessoais são muito mais influenciadas pela herança – ou pela ausência dela – do que a dos *baby-boomers* (Piketty, 2014, p. 580).

Diversos autores apontam na mesma direção. Forrest e Murie (1989), por exemplo, mostram que, no Reino Unido, isso tem efeitos significativos nas transferências intergeracionais de riqueza. Saunders (1984) sugere que as divisões sociais decorrentes da propriedade de habitação na Inglaterra representam uma importante linha de fratura na sociedade britânica, em decorrência do potencial acumulativo da propriedade no nível de consumo e do significado da habitação como expressão de identidade e fonte de segurança individual. Em outro estudo, Saunders (1986) mostra que a herança costuma ocorrer em valores que muitas vezes excedem o que uma família da classe trabalhadora poderia esperar economizar com seus rendimentos de trabalho. Spilerman (2000), em um estudo sobre a riqueza familiar na população americana, mostra que as transferências intergeracionais de patrimônio são substanciais e responsáveis por parte pronunciada na desigualdade de riqueza. Analisando o México, Torche e Spilerman (2009) mostram a importância das transferências diretas de recursos entre pais e filhos, que predomina na determinação do valor dos ativos adquiridos pelos filhos ao longo da vida. O recebimento de transferências dos pais afeta significativamente o valor dos imóveis que os filhos possuem, conforme exemplificam.

O componente espacial – na forma de propriedade de terra, imóveis ou instalações empresariais – também desponta como um dos principais ativos tangíveis transmitidos entre gerações na sociedade brasileira atual, conforme a investigação realizada por Freitas (2021). Em um estudo avaliativo do processo de mobilidade social no Brasil contemporâneo, o autor apresenta indícios de que a transmissão da vantagem socioeconômica no Brasil, ainda que o investimento em educação formal abra possibilidades de existência de uma competição meritocrática por recursos entre os brasileiros, possui como principal efeito a perpetuação intergeracional dos níveis de bem-estar, advindos da herança socioeconômica que recebem de seus familiares.

## 7 DISCUSSÃO

Conforme demonstrado no exercício empírico realizado na seção inicial, o contexto urbano no Brasil encontra-se altamente fragmentado, desigual e segregado, tanto internamente às cidades como entre elas. Essas evidências demonstram a complexidade a ser enfrentada para a elaboração de políticas de desenvolvimento urbano para o país.



Buscando trazer elementos que possam nortear os instrumentos a serem incorporados em iniciativas desse tipo, apresentamos neste trabalho mecanismos através dos quais as formas e os processos espaciais interferem nos sistemas de estratificação social das sociedades contemporâneas, com base na literatura recente desenvolvida sobre o tema. Com isso, trazemos elementos que ajudam a explicar a estabilidade da desigualdade socioespacial presente nas cidades brasileiras, a partir de um viés espacial.

O quadro 1 resume os eixos analíticos que foram construídos para segmentar os diferentes processos espaciais que afetam a distribuição de ativos entre os grupos sociais.

O primeiro desses eixos demonstra as propriedades espaciais no que tange à conservação da história de cada sociedade, assim como solidifica o resultado de um processo de disputas pela posição espacial, cristalizando as divisões sociais existentes nos ambientes urbanos.

No segundo eixo, mostramos como a inserção dos indivíduos em um espaço social segregado e estigmatizado influencia suas trajetórias de vida, a partir de processos como o contágio comportamental e a formação de um referencial simbólico-valorativo discrepante daquele moldado por outros ambientes de vida. A segmentação dos lugares leva à segmentação das condutas e dos comportamentos, com sérias implicações para o congelamento da estrutura social.

Por fim, no terceiro eixo, mostramos a forma como o espaço afeta diretamente a conservação da distribuição e da concentração da riqueza entre as gerações, dadas suas propriedades como reserva relativamente estável de valor, que, via de regra, é conservada por herança e transferência entre indivíduos de uma mesma classe ou camada social.

#### QUADRO 1

##### Eixos analíticos determinantes do papel do espaço na conservação da estrutura social segundo suas propriedades e mecanismos de atuação

Eixo analítico	Propriedades	Mecanismos	Referências
Inércia espacial	Conservação da história social	Inflexibilidade locacional de moradias, empreendimentos e estruturas viárias	Bourdieu (2013)
	Cristalização das divisões sociais	Capacidades individuais diferentes de adaptação a mudanças sociais	Harvey (1973)
		Resistência da forma espacial a mudanças conjunturais	Santos (2007)
	Disputas por acesso e exclusão	Busca das famílias pela segurança da habitação	
Fixidez das estruturas físicas			

(Continua)

(Continuação)

Eixo analítico	Propriedades	Mecanismos	Referências
Dinâmica do capital social	Contágio comportamental	Dinâmica espacial ditada pelo mercado imobiliário	Caldeira (1997)
		Proximidade territorial entre mesmo grupo social	
	Influência nas trajetórias de vida	Oportunidades nos mercados de trabalho e matrimonial	Kolinsky e Alves (2012)
		Desigualdades nos resultados escolares	Massey e Denton (1993)
	Estigmatização do espaço e seus habitantes	Exposição dos moradores – principalmente crianças e jovens – a padrões diferenciados de comportamento e rotina cotidiana	Pebley e Sastry (2004)
		Normalização de condutas desvalorizadas	Ribeiro e Kaztman (2008)
	Formação de referencial simbólico-valorativo	Dificuldade de adaptação em outros contextos socioespaciais	Ribeiro e Kolinski (2009)
		Diferenciais de uso do tempo extra-escolar	Wilson (1987; 1994)
Distribuição de riqueza	Espaço como reserva de valor	O espaço como importante repositório de ativos acumulados	Freitas (2021)
		Posse de ativos imobiliários relativamente estável ao longo do tempo	Forrest e Murie (1989)
	Transferências e herança de propriedades	A herança tende a predominar como fonte de riqueza em relação à poupança	Piketty (2014)
	Perpetuação das desigualdades geradas no passado	A trajetória de vida das gerações mais jovens depende dos patrimônios herdados	Spilerman (2000)
		Dificuldade de acumular ativos territoriais apenas com poupança	Torche e Silerman (2009)

Elaboração do autor.

Conforme destacado, a explicitação desses fatores visa auxiliar os formuladores da PNDU a incorporarem essas dimensões analíticas em suas agendas normativas, de modo a poderem desenhar instrumentos de combate aos mecanismos que contribuem para a manutenção da elevada iniquidade socioespacial observada nas áreas urbanas do país.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. Efeitos do lugar. *In*: BOURDIEU, P. (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 159-214.
- BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

CALDEIRA, T. P. do R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos**, n. 47, p. 155-176, mar. 1997.

ÉRNICA, M.; BATISTA, A. A. G. A escola, a metrópole e a vizinhança vulnerável. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 146, p. 640-666, ago. 2012.

FERNANDES, D. C.; SALATA, A. R.; CARVALHAES, F. Desigualdades e estratificação: analisando sociedades em mudança. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, n. 11, p. 86-112, set.-dez. 2017.

FORREST, R.; MURIE, A. Differential accumulation: wealth, inheritance and housing policy reconsidered. **Policy and Politics**, v. 17, n. 1, p. 25-39, 1º jan. 1989.

FREITAS, A. A. Bem-estar e estratificação social no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 9, n. 22, p. 196-221, maio-ago. 2021.

GRUSKY, D. B.; KU, M. C. (Ed.). **Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective**. Boulder: Westview Press, 1994.

HARVEY, D. **Social justice and the city**. Oxford: Basil Blackwell, 1973.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tipologia intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

KOSLINSKI, M. C.; ALVES, F. Novos olhares para as desigualdades de oportunidades educacionais: a segregação residencial e a relação favela-asfalto no contexto carioca. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 805-831, jul.-set. 2012.

MALOUTAS, T. Efeitos de vizinhança e desempenhos escolares. *In*: VAN ZANTEN, A. (Org.). **Dicionário de educação**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 288-291.

MASSEY, D. S.; DENTON, N. A. American apartheid: segregation and the making of the underclass. *In*: GRUSKY, D. B. (Ed.). **Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective**. Boulder: Westview Press, 1994. p. 376-385.

MAURIN, E. **Le ghetto français: enquête sur le séparatisme social**. Paris: Seuil, 2004.

PEBLEY, A. R.; SASTRY, N. **Neighborhoods, poverty and children's well-being: a review**. Califórnia: Rand Corporation, 2003.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RAMOS, L.; REIS, J. G. A. Salário mínimo, distribuição de renda e pobreza no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 99-114, abr. 1995.

RIBEIRO, L. C. de Q.; KAZTMAN, R. (Org.). **A cidade contra a escola?** Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital; Montevidéu: Ippes, 2008.

RIBEIRO, L. C. de Q.; KOSLINSKI, M. C. Efeito metrópole e acesso às oportunidades. **Revista Eure**, Santiago, v. 35, n. 106, p. 101-129, 2009.

SABATINI, F.; SIERRALTA, C. Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. *In*: CUNHA, J. M. P. da (Org.) **Novas metrópoles paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006. p. 169-195.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SAUNDERS, P. Beyond housing classes: the sociological significance of private property rights in means of consumption. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 8, n. 2, p. 202-227, jun. 1984.

SAUNDERS, P. **Social theory and the urban question**. Londres: Hutchinson, 1986.

SPILERMAN, S. Wealth and stratification processes. **Annual Review of Sociology**, v. 26, p. 497-524, 2000.

TORCHE, F.; SPILERMAN, S. Intergenerational influences of wealth in Mexico. **Latin American Research Review**, v. 44, n. 3, p. 75-101, 2009.

WILSON, W. J. **The truly disadvantaged**: the inner city, the underclass, and public policy. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

WILSON, W. J. The declining significance of race: antiblack discrimination in public places. *In*: GRUSKY, D. B. (Ed.). **Social stratification**: class, race, and gender in sociological perspective. Boulder: Westview Press, 1994. p. 691-702.

